



Resiliência Climática e Comércio Solidário na Agricultura Familiar: Um Estudo da Região Sul do Brasil

Climate Resilience and Solidarity Trade in Family Farming: A Study in Southern Brazil

EVALDT, Naytiara¹;
FISCHER, Jessica²;
REISDERFER, Taís³;
VIEIRA, Larissa⁴;
ORESTES, Melissa⁵;
SANTOS, Desireé⁶;
COSTA, Cristiane⁷;
UMPIERRE, Marcia⁸;
CALDASSO, Liandra⁹.

RESUMO EXPANDIDO TRABALHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Grupo Temático: Economia Solidária, Agroecologia, Agricultura familiar, Permacultura e Segurança alimentar

Resumo

O presente estudo, inserido no projeto “Feiras da Agricultura Familiar: Processos Associativos para o Fortalecimento da Pequena Produção”, tem como objetivo fortalecer redes de comercialização e a economia solidária para promover a sustentabilidade da agricultura familiar diante dos impactos das mudanças climáticas. Foi aplicado um questionário específico com 182 agricultores familiares, abordando caracterização da

¹ INEESOL/FURG e PPGA/UFSC, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), naytiara.s.v@gmail.com;

² INEESOL/FURG, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), jessicafischerv@gmail.com;

³ INEESOL/FURG e PPGDTSA/UFPEL, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), tais.reisderfer@ufpel.edu.br

⁴ INEESOL/FURG, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), larissafernandesvieira@gmail.com;

⁵ INEESOL/FURG, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), melissaorestes@gmail.com;

⁶ INEESOL/FURG, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), desifripp@gmail.com;

⁷ INEESOL/FURG, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), cristianesnc@gmail.com;

⁸ INEESOL/FURG, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), marciaumpierre@gmail.com;

⁹ INEESOL/FURG, Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), liandra.caldasso@gmail.com.



produção, formalização, participação social e, principalmente, mudanças climáticas e eventos extremos. A análise quanti-qualitativa identificou que 92% dos entrevistados perceberam alterações climáticas recentes, com 85% relatando impactos diretos em suas propriedades, enquanto apenas 32% acessaram políticas públicas de mitigação. Os resultados indicam vulnerabilidades significativas que ressaltam a necessidade de maior apoio institucional e de estratégias coletivas para fortalecer a resiliência territorial e a sustentabilidade rural.

Palavras-chave: Adaptação às mudanças climáticas; Agricultura familiar; Segurança alimentar; Escoamento de produção.

Introdução

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023) aponta que as alterações climáticas provocadas por ações humanas intensificaram eventos extremos, especialmente fortes precipitações que atingem o Sudeste da América do Sul, região que inclui o estado do Rio Grande do Sul. Tais alterações têm sido percebidas de forma bastante dramática pelos gaúchos diante das sucessivas enchentes que assolam o estado desde intensificadas desde setembro de 2023 até os eventos recentes. Essas chuvas excessivas e fora de época têm desencadeado enchentes severas, cuja frequência e intensidade tendem a aumentar devido à combinação de variáveis climáticas, como massas de ar quente, bloqueios atmosféricos e o fenômeno El Niño (IPCC, 2023; WMO, 2025; INMET, 2024). Além de provocar prejuízos significativos à produção rural, esses eventos comprometem a infraestrutura, a logística e a saúde das populações rurais, agravando a vulnerabilidade social e econômica das comunidades agrícolas e reforçando a necessidade de estratégias robustas de resiliência e adaptação climática (ANA, 2024).

Diante desse contexto, a resiliência climática emerge como um conceito fundamental para a sustentabilidade dos sistemas produtivos e sociais. Ela é definida como a capacidade dos sistemas sociais, econômicos e ambientais de enfrentar e se reorganizar diante de eventos, tendências ou distúrbios perigosos, mantendo suas funções essenciais, identidade e estrutura, ao mesmo tempo em que preservam sua capacidade de adaptação, aprendizado e transformação (IPCC, 2022). No contexto agropecuário, isso implica que os sistemas produtivos devem antecipar, absorver e adaptar-se aos impactos negativos das mudanças climáticas para assegurar a continuidade e a sustentabilidade da produção a longo prazo (FAO, 2022; EMBRAPA, 2023).

Além das estratégias de adaptação interna dos sistemas produtivos, observa-se que as cadeias curtas de comercialização (CCCs) surgem como alternativas eficazes para fortalecer a agricultura familiar diante desses desafios. Ao eliminar intermediários e aproximar diretamente produtores e consumidores, as CCCs reduzem os custos de distribuição e promovem relações baseadas na confiança e na proximidade. Fundamentadas nos princípios da agroecologia — que propõe a reorganização dos



sistemas produtivos com foco na sustentabilidade, diversidade e nos saberes populares (ALTIERI, 2004; GLIESSMAN, 2001) —, essas práticas transformam as feiras da agricultura familiar em espaços estratégicos para a geração de trabalho e renda e para a construção de alternativas ao modelo econômico dominante (DAROLT & ROVER, 2021). A expansão dessas práticas está fortemente vinculada ao fortalecimento da economia solidária, um modelo contra hegemônico ao capitalismo, alicerçado na cooperação, autogestão, sustentabilidade e justiça social (SINGER, 2001). Essa economia se manifesta por meio de associações, cooperativas, grupos produtivos informais e feiras, promovendo práticas econômicas territoriais orientadas à reprodução da vida, e não à mera acumulação de capital.

Este trabalho está inserido no projeto “Feiras da Agricultura Familiar: Processos Associativos para o Fortalecimento da Pequena Produção”, coordenado pela Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB). O projeto, iniciado em 2023 e ainda em andamento na região sul do país, é desenvolvido pela equipe multidisciplinar da INEESOL, com o objetivo de apoiar a organização e o fortalecimento das feiras da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, visando fomentar cadeias curtas de comercialização, economia solidária e valorizar a pequena produção rural, promovendo a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos pequenos produtores, além de fortalecer redes de cooperação entre agricultores, consumidores e movimentos sociais.

Como ação estratégica de extensão universitária, o projeto oferece suporte técnico, político e logístico a feiras em diferentes regiões do estado. O projeto também inclui ações de levantamento de dados, produção de materiais educativos e espaços de formação em temas como gestão de empreendimentos, políticas públicas, organização coletiva e agroecologia.

Metodologia

Foram realizadas 15 feiras que reuniram 947 feirantes e um público estimado em 1.465.200 pessoas, totalizando aproximadamente R\$12.608.193,80 em comercialização direta. Durante essas feiras, foram aplicados dois questionários. O primeiro, com 26 questões distribuídas em quatro eixos (dados dos participantes, características das unidades de produção familiar, organização, produção e comercialização, acesso a crédito, políticas públicas e assistência técnica), contou com 476 respondentes. O segundo questionário, com 35 perguntas divididas em cinco eixos (caracterização da unidade de produção, formalização do empreendimento, participação das mulheres, juventude e sucessão rural, e mudanças climáticas e eventos extremos), foi respondido por 182 participantes. Este estudo concentra-se especificamente no eixo relacionado a mudanças climáticas do segundo questionário.



As questões abordadas incluíram se os participantes perceberam alterações climáticas nos últimos anos e se suas propriedades foram afetadas por eventos climáticos extremos, indicando em quais anos tais impactos ocorreram e quais prejuízos foram identificados. Além disso, questionou-se sobre o acesso a políticas públicas para mitigar os danos decorrentes dessas mudanças. A análise dos dados seguiu abordagem quanti-qualitativa. Os dados quantitativos foram organizados e tabulados no Microsoft Excel, permitindo análises descritivas de frequência, percentual e perfil dos respondentes, bem como a construção de tabelas e gráficos para cruzamento de informações. Os dados qualitativos foram submetidos à análise temática flexível (Braun & Clarke, 2021) e à análise de conteúdo (Bardin, 1977), de modo a identificar temas centrais e categorias emergentes relacionadas à autonomia produtiva, organização social, participação em políticas públicas e percepção sobre as mudanças climáticas. Essa triangulação metodológica possibilitou compreender as dinâmicas organizativas, estratégias coletivas e significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências nas feiras.

Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados junto a 182 agricultores familiares durante o acompanhamento das feiras¹⁰ da agricultura familiar realizadas no ano de 2025, nas regiões Metropolitana, Médio e Alto Uruguai e Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul, bem como na região Oeste de Santa Catarina, revelam uma ampla percepção das mudanças climáticas em suas regiões, com 92% dos entrevistados relatando alterações significativas no padrão do clima, como maior frequência de chuvas intensas, secas prolongadas, temperaturas extremas e eventos como granizo e vendavais. Apenas 8%, não perceberam mudanças relevantes, indicando possível menor observação dos fenômenos climáticos recentes.

A maioria (85%) relatou impactos diretos em suas propriedades nos últimos cinco anos, com maior incidência em 2023 e 2024, períodos marcados por eventos extremos como as enchentes no Rio Grande do Sul. Esses eventos têm causado prejuízos graves à produção agropecuária, incluindo perdas em cultivos essenciais como milho, feijão, hortaliças e frutas, além de dificuldades no manejo de animais, como pastagens degradadas, queda na produção de leite e mel, e necessidade de aquisição adicional de insumos como feno para alimentação animal, o que afeta a estabilidade econômica das famílias.

Além das perdas produtivas, os agricultores detalharam danos estruturais relevantes, incluindo destelhamentos, erosão de áreas produtivas, estradas intransitáveis e comprometimento de sistemas logísticos, que dificultam a participação em feiras e programas institucionais, como a merenda escolar. Os impactos também atingem a

¹⁰ As feiras acompanhadas foram: 2ª Feira da Agricultura Familiar, Capão da Canoa/RS; 1ª Feira Sabor Colonial, Chapecó/SC; 8ª Festa da Semente Crioula e 3ª Feira da Economia Solidária, Seberi/RS; 17ª Feira da Uva e da Agroindústria Familiar de Sarandi e Região, Sarandi/RS; e 22ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico, Viamão/RS.



saúde emocional das famílias, que expressam angústia, cansaço e frustração frente à recorrência dos prejuízos e à ausência de suporte institucional adequado. Essa conjuntura evidencia uma intensa vulnerabilidade socioambiental que ultrapassa a dimensão econômica e exige respostas articuladas para a resiliência rural.

Embora o desafio seja reconhecido, o acesso a políticas públicas de mitigação é limitado: apenas 32% dos produtores relataram que acessaram algum tipo de suporte, em sua maioria o PROAGRO (15%), seguido por FEAPER (10%), Pix SOS Rio Grande do Sul (7%) e auxílio para reconstrução (5%). A parcela majoritária (68%) enfrenta barreiras como burocracia, falta de informação e inadequação dos programas frente às necessidades locais, o que restringe a capacidade adaptativa das comunidades rurais. Os relatos de medidas adaptativas são escassos, com poucas iniciativas identificadas, como o uso de cisternas para armazenamento de água, demonstrando limitações no acesso e implementação de estratégias eficazes para enfrentar a variabilidade climática. Isso sugere um descompasso entre os impactos sofridos e os instrumentos disponíveis para mitigá-los, reforçando a urgência de fortalecer políticas públicas, assistência técnica qualificada e estratégias coletivas que promovam a sustentabilidade e autonomia das famílias agricultoras.

A percepção dos agricultores está alinhada aos achados de pesquisas contemporâneas que indicam elevada preocupação quanto aos efeitos das mudanças climáticas no Brasil, onde a maioria reconhece a ocorrência dos fenômenos e seu impacto direto em suas vidas. Tal preocupação transcende a esfera ambiental, afetando a segurança alimentar, a saúde e o bem-estar socioeconômico das populações rurais. Importante notar que o conhecimento e a informação são fatores condicionantes para a adoção de medidas adaptativas, sendo necessário investir em formação continuada para ampliar o engajamento e compreensão sobre o tema, além de considerar as especificidades locais, sociais e econômicas para tornar as políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Em síntese, os dados convergem para um cenário de vulnerabilidade acentuada da agricultura familiar no Rio Grande do Sul frente à instabilidade climática, com perdas que perpassam os aspectos econômicos imediatos e indicam uma reconfiguração estrutural no ambiente produtivo rural gaúcho. A organização coletiva e o fortalecimento de redes solidárias destacam-se como estratégias promissoras, alinhadas aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade, para enfrentar as mudanças climáticas de forma proativa e inclusiva.

Considerações Finais

A pesquisa reforça que as mudanças climáticas têm afetado profundamente a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, evidenciando perdas significativas e limitações no acesso a políticas públicas de apoio. Frente a esse cenário, torna-se fundamental o fortalecimento das redes de comércio solidário e das estratégias coletivas, baseadas nos princípios da agroecologia e da economia solidária, para promover a resiliência, garantir



a sustentabilidade socioeconômica e fortalecer a autonomia das famílias agricultoras diante dos desafios climáticos atuais.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). *Relatório sobre eventos hidrológicos extremos no Brasil*. Brasília: ANA, 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. *Thematic analysis: a practical guide*. Londres: SAGE Publications, 2021.

DAROLT, Maria Celeste; ROVER, Joanna. *Feiras da agricultura familiar: espaços de trabalho, renda e resistência*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

EMBRAPA. *Estratégias para resiliência climática no setor agropecuário*. Brasília: Embrapa, 2023.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Resilience in agriculture: concepts and applications*. Roma: FAO, 2022.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2022: impacts, adaptation and vulnerability*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022/2023.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). *Previsões e monitoramento de eventos climáticos extremos*. Brasília: INMET, 2024.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate change 2022: impacts, adaptation, and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

SINGER, Paul. *Economia solidária: um encontro de saberes*. São Paulo: Cortez, 2001.